

**ANEXO 04**  
**ESTRUTURA TARIFÁRIA**

**ANEXO IV****ESTRUTURA TARIFÁRIA**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 1/2014

**CONCESSÃO PATROCINADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SP 099, ENTRE OS QUILOMETROS (KM) 11+500 KM E 83+400 KM, DAS SPAs 032/099, 033/099, 035/099 E 037/099 E DOS CONTORNOS DE CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS NO TRECHO ENTRE OS QUILOMETROS 60+480 KM E 82+000 KM DA RODOVIA SP 099**

**ÍNDICE**

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO**
- 3. SISTEMA FUTURO**
  - 3.1. Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança
  - 3.2. Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio
  - 3.3. Alterações Futuras
- 4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA**
  - 4.1. Modelo de Pedagiamento
  - 4.2. Base Tarifária - Valores Tetos
  - 4.3. Tarifa Bidirecional
  - 4.4. Critério de Arredondamento
  - 4.5. Tarifa Básica de Pedágio por Praça
  - 4.6. Classificação de Veículos
  - 4.7. Validade e Atualização Tarifária
  - 4.8. Isenções
- 5. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO**
  - 5.1. Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA
  - 5.2. Normas Operacionais

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Anexo tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA do pedágio que a CONCESSIONÁRIA deverá implantar no Sistema Rodoviário.

O modelo de pedagiamento do Sistema Rodoviário prevê instalação de três Praças de Pedágio, que deverão ser instaladas pela Concessionária, nos quilômetros 15+700 (Trecho Planalto), 56+500 (Trecho Serra) e no Contorno de Caraguatatuba (Contorno).

## 2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

O sistema operacional de arrecadação será composto de cabines para pagamento manual e automático com controle e contagem eletromecânico dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

## 3. SISTEMA FUTURO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado no Anexo 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo Poder Concedente que tenha impacto na forma de arrecadação das Tarifas de pedágio.

A METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá apresentar descrição das metodologias, instalações e tecnologias que o LICITANTE se propõe a utilizar quando da implantação, especificando metas e datas de implantação.

### 3.1. Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança

O modelo de pedagiamento do Sistema Rodoviário prevê pedágios de passagem nos trechos e localizações especificados no Item 1 deste Anexo.

O Usuário pagará uma Tarifa fixa correspondente aos trechos utilizados. A cobrança será realizada nas Praças de Pedágio de passagem, conforme a seguir:

Praça	Veículo	Tarifa inicial		Tarifa final	
		Valor	Ano	Valor	Ano
15+700	Passeio ou Eixo de Veículo Comercial	R\$ 2,78	2	R\$ 2,78	2
	Motocicletas	R\$ 1,39		R\$ 1,39	
56+500	Passeio ou Eixo de Veículo Comercial	R\$ 4,93	2	R\$ 6,10	6
	Motocicletas	R\$ 2,47		R\$ 3,05	
Contorno de Caraguatatuba	Passeio ou Eixo de Veículo Comercial	R\$ 1,92	3	R\$ 2,65	4
	Motocicletas	R\$ 0,96		R\$ 1,33	

### 3.2. Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio

A CONCESSIONÁRIA somente poderá dar início à operação das Praças de Pedágio (localizadas no trecho de Planalto, nos quilômetros 15+700 e 56+500), após o prazo de um ano contado da Data de Transferência do Controle do Sistema Existente, quando

- (i) Tiver concluído o Programa Intensivo Inicial (PII), especificado no Anexo 06 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO;
- (ii) Der início à implantação das obras de Ampliação Principal, conforme obrigação estabelecida no Contrato de Concessão Patrocinada e tendo apresentado, no mínimo, o progresso físico acumulado de 6% das obras/serviços especificados no Cronograma Executivo Trecho Serra - SP099, conforme as especificações constantes do Anexo 07 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE AMPLIAÇÃO e nos termos dos Anexos 17 e 18; e
- (iii) somente após prévia e expressa autorização da ARTESP.

A Praça de Pedágio localizada no Contorno de Caraguatatuba:

- (i) somente poderá ser construída após a conclusão das obras públicas dos Lotes 1 e 2 dos Contornos;
- (ii) a cobrança das Tarifas somente poderão ser iniciada após a Transferência dos Lotes 1 e 2 dos Contornos, pelo Poder Concedente ao Concessionário;
- (iii) A cobrança na Praça do Contorno de Caraguatatuba somente poderá ser iniciada uma vez que a Concessionária apresente, no mínimo, o progresso físico acumulado de 32% (trinta e dois por cento) das obras/serviços especificados no Cronograma Executivo Trecho Serra - SP099, conforme as especificações constantes do Anexo 07 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE AMPLIAÇÃO e nos termos dos Anexos 17 e 18; e
- (iv) somente após prévia e expressa autorização da ARTESP

O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos Anexos do Edital, especialmente, mas sem se limitar, ao Anexo 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

### 3.3. Alterações Futuras

Após a assinatura do CONTRATO da CONCESSÃO PATROCINADA, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de Praças de Pedágio, conforme prévia e expressa aprovação da ARTESP, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente Anexo e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao Usuário e do cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no Anexo 3 - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO.

As alterações aqui mencionadas não poderão compor a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO nem o Plano Econômico Financeiro da LICITANTE.

#### **4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA**

##### **4.1. Modelo de Pedagiamento.**

O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá a cobrança das Tarifas nas Praças de Pedágio do Tipo Passagem nos trechos e localizações indicadas neste Anexo.

##### **4.2. Base Tarifária - Valores Tetos**

As tarifas básicas são definidas tendo como referência a data base o mês de julho de 2013, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira e tem como valor de referência 0,1080 R\$/Km (dez oitenta centavos por quilômetro), bidirecional e pista dupla, equivalente a uma tarifa de R\$ 0,077126/Km para pista simples

##### **4.3. Tarifa Bidirecional**

A tarifa a ser cobrada será bidirecional, para cada Praça de Pedágio do trecho conforme previsto no Edital e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA.

##### **4.4. Critério de Arredondamento**

A tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);
- b. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

##### **4.5. Classificação dos Veículos**

As Tarifas de pedágio deverão ser diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos que os mesmos acarretam ao Sistema Rodoviário, que implicam custos diferenciados de engenharia rodoviária.

A Tarifa que será cobrada de cada Usuário corresponderá a Tarifa Básica multiplicada pelo Multiplicador da Tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

### **CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS**

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR DA TARIFA
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO ATÉ 2,5 T	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	SIMPLES OU DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	SIMPLES OU DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	SIMPLES OU DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	SIMPLES OU DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM SEMI REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	SIMPLES OU DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR		SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	-

**OBSERVAÇÕES:**

I. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.

II. Sem prejuízo da Tarifa Básica calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional equivalente a 5 (cinco) vezes a tarifa básica de cada Praça de Pedágio, por tonelada acima de 45 t do peso total do veículo, excluídos os veículos denominados “rodotrem” ou “treminhão”, enquadrados na Resolução 631-84 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou outra que a substitua, desde que atendam aos limites legais de carga por eixo.

A tarifa a ser cobrada deverá seguir a fórmula:

$$\text{Tarifa} = \text{Extensão de Cobertura da Praça} \cdot \text{Tarifa Quilométrica} \cdot \text{Multiplicador}$$

A Tarifa para pista dupla deve ter valor 40% (quarenta por cento) superior ao valor praticado para pista simples.

**4.6. Validade e Atualização Tarifária**

Os valores das Tarifas Básicas de cada Praça de Pedágio deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

#### 4.6.1. Validade das Tarifas

As tarifas calculadas segundo os procedimentos explicitados neste Anexo referem-se à data-base de Julho de 2013.

#### 4.6.2. Preservação das Tarifas

Os valores das tarifas de pedágio deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas nesse Anexo e no Edital, com a finalidade de assegurar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do CONTRATO da CONCESSÃO PATROCINADA.

#### 4.6.3. Base Tarifária

As bases tarifárias definidas no subitem 4.2. serão atualizadas por meio de:

I - Reajustes visando a preservar o valor aquisitivo das tarifas, de acordo com a fórmula a seguir, com periodicidade anual, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente.

$$Tarifa\ Ano(t) = Tarifa_{a_0} \cdot \left( \frac{IPCA_{Acum_t}}{IPCA_{Acum_0}} \right)$$

Onde

$Tarifa_{a_0}$  é a tarifa de 10,80 centavos por quilômetro;

$IPCA_{Acum_0}$  é o índice de preços IPCA acumulado até a data base da elaboração dos estudos (Julho de 2013); e

$IPCA_{Acum_t}$  é o índice de preços IPCA acumulado até a data estabelecida para o reajuste tarifário.

II - Revisões extraordinárias, de iniciativa do Poder Concedente ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderão ser pleiteadas desde que presentes os requisitos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93.

#### 4.6.4. Aprovação das Tarifas

Os cálculos dos valores atualizados das Tarifas Básicas de cada Praça de Pedágio serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste Anexo e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência e encaminhamento à aprovação do PODER CONCEDENTE.

#### 4.6.5. Alteração do Índice de Reajuste

Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

#### 4.6.6. Arredondamento para Cobrança

Para manter a adequada fluidez do trânsito e propiciar maior comodidade aos Usuários, a CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, arredondar o valor

da tarifa de pedágio para menos, mas, para fins de aplicação de reajustes e revisões, deverão ser considerados os valores iniciais, sem desconto.

#### 4.7. Isenções

##### 4.7.1. Trânsito Livre

Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- a) de propriedade do Poder Concedente, da SLT e da ARTESP;
- b) de propriedade da Polícia Militar Rodoviária;
- c) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- d) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
- e) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.

##### 4.7.2. Privilégios Tarifários Específicos

Será vedado ao CONTRATANTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de Usuários, exceto se no cumprimento de Lei, que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA.

##### 4.7.3. Promoções e Descontos

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério e por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das Tarifas e da Contraprestação.



## 5. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

### 5.1. Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das Praças de Pedágio, cabendo-lhe:

- a) Manter placas informativas com valores atualizados das Tarifas;
- b) Sinalizar as pistas;
- c) Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- d) Fiscalizar a arrecadação;
- e) Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- f) Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- g) Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- h) Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- i) Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;
- j) Prestar atendimento ao Usuário;
- k) Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;
- l) Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas Praças de Pedágios, em tempo real (*on-line*) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:
  - l.1) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;
  - l.2) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;
  - l.3) Do registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio.
- m) Permitir a integração das informações com o Centro de Controle de Informações- CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no Edital e em seus Anexos.

### 5.2. Normas Operacionais

A CONCESSIONÁRIA deverá, antes da assinatura do CONTRATO, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do usuário no momento do pagamento, acidentes e outros.